

A alegoria dos laboratórios: linguística gerativa e a unidade das línguas verbais

Carlos Vinícius Silva ⁽¹⁾ e
Gisela Márcia Miarelli Pardini ⁽²⁾

Data de submissão: 5/11/2019. Data de aprovação: 13/1/2020.

Resumo – O presente trabalho pretende, a partir de concepções teóricas gerativistas apresentadas por Chomsky (2009), Kenedy (2013) e Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2007), discutir a ideia da existência de uma única e abrangente língua humana que engloba todos os idiomas e dialetos verbais existentes. Para promover essa discussão, este texto embasa-se em um argumento autoral composto por um experimento hipotético, chamado de alegoria dos laboratórios, que, por meio da exacerbação de fenômenos linguísticos empiricamente detectáveis, defende um ponto de vista que afirma serem todas as línguas suscetíveis das mesmas regras, desde que haja predisposições, estímulos e condicionamento para a inserção de uma característica linguística externa em uma cultura, o que, ao final de uma construção lógica, resultaria na unidade de todas as línguas existentes. Além disso, para corroborar a ideia proposta pela alegoria, serão discutidos fenômenos reais e concepções teóricas a ela relacionados, de modo que a proposta deste artigo fundamente-se em um raciocínio sólido e, por conseguinte, cientificamente aceitável.

Palavras-chave: A alegoria dos laboratórios. Linguística gerativa. Unidade das línguas faladas.

The allegory of the laboratories: generative linguistics and the unity of verbal languages

Abstract – This work aims, from the generative theoretical conceptions presented by Chomsky (2009), Kenedy (2013) and Mioto, Figueiredo Silva and Lopes (2007), to discuss the idea of the existence of a single and wide-ranging human language that encompasses all the languages and the extant verbal dialects. In order to encourage this discussion, this text is based on an authorial argument composed of a hypothetical experiments, called the Allegory of the Laboratories, which, through the exacerbation of empirically detectable linguistic phenomena, defends a point of view which states that all languages are susceptible of the same rules, provided there are predispositions, stimuli and conditioning for the insertion of an external linguistic characteristic into a culture, which, at the end of a logical construction, would result in the unity of all existing languages. In addition, in order to endorse the idea proposed by the allegory, real phenomena and theoretical conceptions related to it will be discussed, so that the proposal of this article is grounded on solid reasoning and, therefore, scientifically acceptable.

Keywords: The allegory of the laboratories. Generative linguistics. Unity of spoken languages.

Introdução

A história dos estudos sobre as línguas e sobre a linguagem remonta a, pelo menos, 2500 anos, com a gramática sânscrita de Panini. Desde então, esse assunto foi discutido, já, também, dentro da cultura ocidental, pelos gregos, como Platão e Aristóteles, pelos latinos, pelos medievais e pelos pensadores pertencentes ao chamado período moderno. Entretanto, até o surgimento da teoria linguística de Saussure (1857 – 1913), os conhecimentos sobre a língua,

¹ Graduando do curso de licenciatura em Letras – Português/Inglês da Universidade Federal de Lavras – UFLA.
[*cviniciussilva2018@gmail.com](mailto:cviniciussilva2018@gmail.com)

² Graduanda do curso de licenciatura em Letras – Português/Inglês da Universidade Federal de Lavras – UFLA.
[*gisela.pardini@estudante.ufla.br](mailto:gisela.pardini@estudante.ufla.br)

que vão para além das gramáticas, jamais haviam sido satisfatoriamente organizados. Por isso, considera-se o Curso de Linguística Geral (1916) o marco de origem da linguística como ciência.

Posteriormente, dos avanços do estruturalismo saussuriano, surgiram diversas ramificações dos estudos estruturalistas, com destaque para a vertente bloomfieldiana, que possibilitou que tivéssemos incontáveis avanços na compreensão dos fenômenos linguísticos. Entretanto, essa corrente teórica, por não conseguir responder a perguntas importantes que surgiram em meados do século XX, atraiu o surgimento de teorias opositoras. Entre esses opositores estava Chomsky, um dos principais desenvolvedores da linguística gerativa, que trouxe para os estudos linguísticos interessantíssimas concepções matemáticas e biológicas que, ainda hoje, são bastante influentes na linguística contemporânea.

Nesse contexto de embates intelectuais, as ideias gerativistas surgiram como revolucionárias. Chomsky, já desde meados dos anos 60, rebatia as teorias que o antecederam e defendia seu ponto de vista sobre os estudos linguísticos dizendo que

certamente não há razão hoje para levar a sério uma posição que atribui inteiramente uma realização humana complexa a meses (ou no máximo anos) de experiência [como nas ciências do comportamento], em vez de a milhões de anos de evolução [como no estudo da dotação biológica específica, GU, no caso da linguagem] ou a princípios de organização neural que possam ser mais profundamente fundados na lei física (CHOMSKY, 2009, p. 14 apud CHOMSKY, 1965, p. 59)

Sob esse solo gerativista, enriquecido por relações interdisciplinares consideravelmente coerentes, encontram-se, ainda atualmente, possibilidades de reflexões sobre a língua bastante importantes, como a busca pela compreensão de aspectos das relações entre os idiomas orais humanos. Assim, é embasado pelas ideias chomskyanas, derivadas fundamentalmente da noção da dotação biológica, que, segundo o estudioso norte-americano, os humanos têm para a linguagem, que o presente trabalho pretende discutir a possibilidade do surgimento de qualquer código linguístico humano a partir de qualquer outro código linguístico humano, o que provaria a total flexibilidade dos *parâmetros* existentes, e, em decorrência disso, reforçaria a hipótese da existência de uma única língua humana, como poderá ser observado mais adiante.

Todavia, deve-se esclarecer, antes de entrar de fato nos pontos principais deste artigo, que toda a argumentação que segue tem seu alicerce teórico na corrente linguística popularizada pelos estudos de Chomsky, apesar de flexibilizar e complementar, dentro de necessidades teóricas, alguns conceitos gerativistas importantes. Com isso, podemos afirmar que em nenhum ponto pretendemos fugir das raízes fundamentais do gerativismo, e caso isso tenha acontecido em algum trecho deste artigo, certamente há, de modo devidamente explicado, uma justificativa válida para tal ato.

Ademais, cabe destacar, também, que o presente trabalho, além da importância inerente à discussão proposta propriamente dita, tem sua relevância prática, por exemplo, no seu potencial para abrir portas a novas perspectivas de ensino de línguas estrangeiras fundamentadas na miscigenação manipulada de línguas naturais, ao passo que, apesar de este texto não aprofundar nem um pouco questões de ensino, pode colaborar para a legitimação da possibilidade do uso formal de técnicas fundamentadas em *pidgins* e em *code-switching* no campo educacional.

Referencial teórico

Para alicerçar as discussões propostas pelo presente trabalho, serão importantes seis conceitos gerativistas básicos. Os dois primeiros conceitos são o de *Língua E*, que “corresponde grosso modo ao que comumente se interpreta como *língua* ou *idioma* no senso comum” (KENEDY, 2013, p. 29), abrangendo todos os elementos e todas as possibilidades de expressão socialmente aceitas dentro de um idioma, e o de *Língua I*, que “corresponde ao conjunto das

capacidades e habilidades mentais que fazem com que um indivíduo particular seja capaz de produzir e compreender um número potencialmente infinito de expressões linguísticas na língua de seu ambiente.” (ibid, p. 34). Essas duas ideias serão essenciais para, quando este texto tratar da possível unidade das línguas humanas, principalmente durante e após a explanação do argumento dos laboratórios, discutirmos os porquês de a distinção entre os idiomas ser científicamente questionável.

Além dessas primeiras noções linguísticas, será necessário também o entendimento de dois outros conceitos gerativistas, os *Princípios*, elementos linguísticos “comuns a todas as línguas” (KENEDY, 2013, p. 97), e os *Parâmetros*, que são “propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas” (MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2007, p. 24). Os *Princípios* e os *Parâmetros*, como conceitos-chave usados por Chomsky para a explicação do funcionamento dos diversos idiomas, serão fundamentais para a promoção do entendimento sobre a perspectiva linguística defendida neste artigo.

A quinta noção a ser citada é a de *Pobreza de Estímulos*, que consiste nos questionamentos:

como é possível que um número finito de estímulos dê origem a um sistema que gere produtos infinitos? Dizendo de outra forma, como chegamos à infinitude discreta, característica fundamental da linguagem humana, a partir de estímulos finitos? Como uma lista finita de usos particulares da linguagem pode dar origem a um sistema infinitamente produtivo como a competência linguística? (KENEDY, 2013, p. 65).

Por fim, o último conceito gerativista importante para o presente trabalho, que vem a responder às perguntas que embasam o argumento da *Pobreza de Estímulos*, é a resolução de Chomsky para essa questão. Segundo o autor, para obtermos plena compreensão sobre o fato de a linguagem humana ser infinitamente expansível mesmo partindo de elementos limitados,

torna-se necessário invocar um princípio completamente novo [...]. Esse novo princípio tem um “aspecto criativo”, que fica muito claramente evidente no que podemos chamar “o aspecto criativo do uso da linguagem”, a capacidade especificamente humana de expressar novos pensamentos e de entender expressões inteiramente novas de pensamento, em quadro de uma “língua instituída”, uma língua que é um produto cultural sujeito a leis e princípios em parte exclusivos dela e em parte reflexos das propriedades gerais da mente. (CHOMSKY, 2009, p. 35).

Dessa forma, a quinta ideia apresentada, que mais se trata de uma incógnita, será a principal base para a reafirmação das predisposições naturais da espécie humana para a linguagem, e, indo em direção a um campo pouco explorado pelos linguistas, para a construção da hipótese de que um dos motivos para a existência de *parâmetros* bem delimitados é a limitação social, histórica e geográfica do alcance dos estímulos recebidos pelo indivíduo. Já a sexta, que, como já dito, é a explicação de Chomsky para a *Pobreza de Estímulos*, faz-se essencial para podermos conceber a comunicação verbal humana e todas as suas implicações como produto da natureza do *homo sapiens* que tem seu funcionamento independente de quaisquer questões de ordem puramente prescritiva.

Resultados e Discussões

A unidade das línguas verbais

Para possibilitar o início da discussão, tomaremos, neste primeiro momento, como premissa – mas, mais adiante, explicaremos de forma verossímil sua fundamentação – a ideia de que, se nos desligarmos das restrições impostas pelas tradições de uso e ensino das chamadas línguas naturais, sejam elas modernas ou antigas, (1) as regras que se aplicam a uma delas terão potencial para se aplicarem a todas as outras sem comprometer a potencialidade de suas funções comunicativas, (2) as regras que não se aplicam, em nenhuma hipótese, a uma língua natural específica, não se aplicarão jamais a nenhuma delas, e (3) constantes trocas de influências

culturais, comerciais, educacionais, territoriais e diplomáticas entre diferentes povos, especialmente em tempos de globalização, geram proporcionais trocas de influências linguísticas. Com isso, caso essas afirmativas venham a comprovarem-se aceitáveis, poderemos tomar como hipótese plausível a ideia de que nossos idiomas não só derivam de uma predisposição biológica única, como pressupõe Chomsky, mas, também, apesar das ilusórias incompatibilidades, continuam se constituindo como uma unidade, que poderíamos chamar provisoriamente de língua una ou língua humana.

Há de se admitir, contudo, que essa ideia é difícil de ser concebida caso mantenhamos nossos olhos voltados apenas para a superficialidade das manifestações óbvias da língua, pois, mesmo com a inegável presença de incontáveis similaridades, as línguas apresentam distinções aparentemente significativas, mais devido a construções lexicais do que a relações estruturais. No entanto, caso fizermos o exercício de observar experimentos hipotéticos de manipulação das características de uma língua natural qualquer (como o presente na alegoria abaixo), poderemos perceber como a unidade é, muito provavelmente, um fato dentro da comunicação oral humana, e como as alternâncias fonéticas e morfossintáticas, responsáveis por possíveis confusões com respeito a essa unidade, constituem apenas uma questão de predisposições, estímulos e condicionamentos para o surgimento e para a fixação de elementos linguísticos em uma cultura.

Alegoria dos laboratórios

Imaginemos cinco salas idênticas completamente isoladas do mundo exterior, cada uma com cem bebês recém-nascidos que passam a crescer tendo contato com uma quantidade limitada de adultos, que são cinco grupos de cientistas cujos membros possuem perfis psicológicos próximos, um para cada sala, que criam e educam de forma milimetricamente semelhante, tendo as variações linguísticas como o único fator social induzido e consideravelmente distinto entre as salas em questão. Assim, a parcial exclusão social dos grupos de bebês promoverá o isolamento de variáveis necessário para que o experimento não seja contaminado por fatores exteriores.

No primeiro compartimento do laboratório, os cientistas interagem entre si e com as crianças utilizando exclusivamente a língua portuguesa usada em casa por uma família rica específica residente do bairro Leblon, do Rio de Janeiro. No segundo cômodo, os pesquisadores agem da mesma forma que no primeiro caso, porém, reproduzindo o linguajar utilizado em casa por uma família específica de classe média baixa residente da mesma cidade, mas do Complexo da Maré, que é uma região mais modesta do que a da família que alimenta a modalidade linguística usada no laboratório de número 1.

Saindo da exclusividade do Rio de Janeiro, no terceiro quarto, adota-se uma forma da norma-padrão da língua portuguesa cuja organização sintática mais comum, sujeito-verbo-objeto (SVO) é substituída por objeto-verbo-sujeito (OVS), considerando possíveis flexões necessárias para que essa ordem seja possível. Já na quarta sala, os cientistas tomam como língua oficial, novamente, uma forma padrão da língua portuguesa, mas dessa vez modificada de modo que todas as flexões de tempo sejam substituídas por variações tonais na última vogal no verbo principal da oração. Por fim, no quinto laboratório, a norma-padrão do português, retornando às origens, adota um sistema linguístico semelhante ao do latim clássico, extinguindo os artigos, reduzindo significativamente o uso das preposições e recorrendo a prefixos, sufixos, declinações e conjugações para a promoção da flexibilização da organização morfossintática das orações.

Nesse experimento, cada grupo de crianças tem, durante sua fase de aquisição da linguagem, acesso a uma determinada variante do português, e, muito provavelmente, após alguns anos de experimento, cada criança usará, dentro do seu convívio social, ainda em espaço monitorado, uma forma relativamente fiel da língua que lhe fora apresentada nos primeiros anos de vida. Portanto, a língua portuguesa não possui uma essência inalterável, e, se, sob

manipulação, aceita modificações nos elementos básicos de seu funcionamento (fonológicos e morfossintáticos), aceitará também nas suas características mais flexíveis (de ordem semântica). E, ainda, podemos deduzir que, se essas alterações são possíveis na língua portuguesa, é de se esperar que também o sejam em qualquer outra língua do mundo, o que torna essa premissa uma espécie de universal linguístico.

Continuando para um segundo momento do experimento, todas essas cem crianças, após 12 anos, são transferidas para um único ambiente monitorado, e todos os cientistas, na mesma época, são excluídos do experimento, para evitar interferências no modo de essa nova sociedade fazer uso da linguagem. Nessa segunda etapa do estudo, há, muito provavelmente, em um primeiro momento, consideráveis dificuldades de comunicação, embora todos os indivíduos dessa nova cultura se comuniquem por sistemas absolutamente semelhantes. Nesse momento, dentro desse laboratório, a concepção de língua portuguesa será muito mais ampla do que podemos conceber na realidade e qualquer tentativa de classificação como idiomas distintos será, sob as circunstâncias dadas, ao mesmo tempo, válida e falaciosa, dependendo do ponto de vista, pois todas as variações terão mais características em comum do que diferenças, ao mesmo tempo em que não deixarão de ter algumas diferenças bastante perceptíveis que darão alguma identidade às variações.

Indo além desse primeiro instante, podemos imaginar que, muito provavelmente, por força de instintos biológicos primitivos, crianças nascerão dentro dessa comunidade, seja de pais originados de um mesmo laboratório, seja de pais vindos de laboratórios diferentes. Com isso, serão abertas brechas para intersecções linguísticas, pois essas novas crianças terão contato com mais de uma variação idiomática desde pequenas, possibilitando o surgimento natural de variantes heterogêneas como línguas maternas, que também poderão ser interpretadas como língua portuguesa.

Logo, pode-se concluir que o experimento hipotético discutido acima já demonstra por si mesmo, com relevante grau de coerência, (4) como uma língua é passível de quaisquer regras existentes em qualquer língua falada existente, (5) como o constante contato com diferentes idiomas gera línguas mistas, e (6) como essas línguas mistas, produto de miscigenações linguísticas, podem ser tratadas, com igual validade, pelo nome de qualquer uma das línguas-mãe ou como um meio termo, o que, no caso, em qualquer uma das hipóteses, resultaria em língua portuguesa, comprovando o que foi dito anteriormente em (1), (2) e (3). Indo mais além, se elevarmos a experiência a um nível ainda mais drástico de experimentação, poderemos chegar a conclusões ainda mais categóricas.

Imaginemos que, após terem acesso aos resultados das duas primeiras etapas do experimento dos laboratórios linguísticos, os cientistas que deles fizeram parte resolvam elaborar uma terceira etapa, a fim de estabelecer um processo de falseabilidade. Nessa etapa, é montado um complexo de laboratórios de modo que, em cada um deles, exista um grupo de cem bebês recém-nascidos que serão criados de modo que o idioma falado por cada grupo seja uma variante específica da língua portuguesa padrão acrescida de apenas uma característica existente em outro idioma e que tradicionalmente não faça parte do português, sendo que a característica acrescentada substituiria sua proporcional do idioma original, de modo que todas as características linguísticas orais possíveis (fonológicas, morfossintáticas e semânticas) sejam adotadas. Sendo este experimento feito exatamente da mesma forma que o discutido anteriormente, quando colocadas todas as crianças num mesmo ambiente, tomando como premissa que existe a iminência de permutações envolvendo quaisquer variações, podemos conceber como viável que, a partir da língua portuguesa, é possível o surgimento de qualquer idioma oral humano ou de novos idiomas orais semelhantes a qualquer idioma humano que exista, que já tenha existido ou que há de existir, todos igualmente possíveis de serem chamados de língua portuguesa, por conta do ponto de partida comum.

No entanto, com isso, faz-se necessário admitir a possibilidade de surgirem questionamentos contra a legitimidade dos experimentos, dizendo que a maior parte dos elementos modificados e, por conseguinte, dos resultados das permutações não podem se configurar como língua portuguesa, no sentido prescritivo do termo, por se afastarem significativamente do que comumente chama-se de língua cultural, o que configuraria um questionamento antropológicamente válido, mas que não derrubaria a lógica por trás dos resultados. Isso porque a questão a ser defendida pelos experimentos hipotéticos é a de que um código linguístico oral pode gerar qualquer outro código linguístico oral sem comprometer seu potencial comunicativo, caso sejam criadas condições para o encaixe das modificações do código resultante em uma cultura. E essa questão, por sua vez, nos leva à hipótese de que a classificação dos idiomas como códigos distintos pode ser, na verdade, uma classificação puramente cultural, e que todas as línguas do mundo, se excluídos da equação os fatores identitários dos usuários, podem ser concebidas como uma só, por serem passíveis de se originarem de um mesmo processo de permutações linguísticas, processo derivado de um conjunto de predisposições biológicas, assunto amplamente discutido na literatura gerativista (CORREA, 1999; KENEDY, 2013; MIOTO, 2007), que abarcam todas as características linguísticas verbais possíveis para o ser humano, e que, talvez, justamente por contar com elementos em demasia, torna inconveniente sua total materialização em um idioma único. A esse conjunto podemos nomear, seguindo as tendências da nomenclatura gerativista, e homenageando o alicerce teórico deste raciocínio, de *totalidade da língua inata ou biológica*, ou, sendo um pouco mais originais, de *língua una*.

A alegoria dos laboratórios e a realidade linguística

Os experimentos hipotéticos dos laboratórios são absolutamente impraticáveis, por motivos morais evidentes, e, para alguns, podem parecer, também, irreais e sem correspondência na realidade do uso da língua. Nesse sentido, devemos concordar com relação à imoralidade, mas não com a irrealdade, haja vista que tudo que essa alegoria apresenta são formas extremas de fenômenos que estão fortemente presentes na história dos idiomas. Por exemplo, a palavra *top* – estrangeirismo vindo, em primeira instância, da língua inglesa, mas, originalmente, do Latim –, que, antes, só existia no português como radical de palavras relacionadas a lugares (topologia, topografia, topo) e do verbo topar, ou como nome de peça de roupa, e que, agora, isolado, vem sendo usado como gíria na língua portuguesa brasileira com vários sentidos, como “Muito bom”, “Muito bonito” e “Concordo!”, não pode ter simplesmente aparecido, como em um clique, no léxico internalizado de pessoas de todas as partes do Brasil ao mesmo tempo, tendo sua propagação promovida por falantes do português para falantes do português. Como outro exemplo viável, fenômeno mais antigo transmitido, provavelmente, por processo semelhante, podemos avaliar a palavra *pizza*, vinda, em última instância, do italiano e que trouxe à nossa língua, mais do que um novo vocábulo, um encontro consonantal, /ts/, que, muito provavelmente, não tinha correspondência na nossa língua, e, se já era previamente existente no português, estava limitado a raríssimos usos.

Também nos é possível fazer um paralelo entre os fenômenos presentes nos experimentos hipotéticos e o surgimento de uma língua crioula a partir de um *pidgin*, sendo um *pidgin* “uma forma de linguagem ‘inventada’ para efeitos de comunicação muito reduzida em contextos multilíngues em que uma das línguas é socialmente dominante”. (PEREIRA, s.d., n.p.). Nesse caso, tomemos uma linguagem provisória, um *pidgin*, “que posteriormente é gramaticalmente complexificada e lexicalmente expandida, em particular pelas novas gerações de crianças que a adquirem como língua materna, dando origem ao crioulo” (ibid, n.p.), o que é semelhante aos casos dos experimentos, que têm como único diferencial as similaridades a radicalidade.

Assim, podemos tomar como ao menos minimamente comprovado que a alegoria dos laboratórios não trabalha com nenhum absurdo lógico e com nenhuma abstração sem correspondência na realidade, mas sim com questões empíricas facilmente detectáveis. Além

do mais, essa ilustração, somada aos exemplos que a sucedem, nos dá os seus próprios mecanismos de refutação e falseabilidade, deixando explícito que, caso se queira derrubar essa tese, pode-se fazê-lo sob a análise de fenômenos linguísticos manifestos, como o surgimento de *pidgins* e línguas crioulas.

Outra questão que pode ser observada através de uma breve análise das questões trabalhadas neste texto, principalmente se dermos atenção especial ao exemplo dos pidgins e das línguas crioulas, é a ideia de que as línguas culturais talvez pudessem ser mais miscigenadas ou mais ricas em características caso houvesse maior fluxo de estímulos. Com essa firmação, a *pobreza de estímulos* passa a não ser mais só o argumento que reforça a ideia das predisposições inatas à produção linguística criativa, mas, também, a demonstração de que as características estruturais das línguas, os chamados *princípios* e *parâmetros*, só são tomados como bem definidos, sendo isso correto ou não, por conta de um ciclo de estímulos geograficamente limitados e culturalmente repetitivos, ou, explicando de outra forma, e retomando e reforçando a ideia da alegoria apresentada neste trabalho, toda língua é suscetível a quaisquer *parâmetros*, desde que haja estímulo para manifestar uma característica e condicionamento para a sua inserção permanente em uma cultura.

Além disso, também cabe falar sobre as implicações que toda essa discussão tem sobre as concepções de *língua E* e de *língua I* formuladas pelos gerativistas. Com relação a isso, podemos observar, sob as conceituações gerativistas tradicionais, com base na alegoria apresentada, e sustentada pelas concepções de *pidgins* e de línguas crioulas, que uma *língua E* primária é como um ponto de partida relativamente estável que tem várias de suas características absorvidas por um falante, que, por sua vez, somando essas características de uma *língua E* primária a características de outras *línguas E*, passa a ter uma *língua I* miscigenada, e, posteriormente, exerce influência sobre as características de sua *língua E* primária. Nesse caso, temos todas as línguas como eternos *pidgins*, que têm suas características mais ou menos flexíveis de acordo com a quantidade de estímulos externos que essas línguas possuem.

No entanto, caso passemos a perceber a *língua E* como a totalidade das possibilidades linguísticas, a *língua I* como os aspectos linguísticos internalizados pelo indivíduo, e o que chamaremos neste texto de *língua I coletiva*³ como o que seria o conjunto de conhecimentos linguísticos momentaneamente internalizados e utilizados por uma microcomunidade (família, grupo de amigos, namorados, colegas de trabalho etc.), o que não é o mesmo que determinar um idioma ou um dialeto, podemos chegar a conclusões um pouco mais drásticas. Por essa perspectiva, a *língua E* passaria a ser universalidade da oralidade humana, a *língua I* manter-se-ia idêntica à concepção gerativista tradicional, e a *língua I coletiva* passa a assumir o papel da *língua E* como a base da construção linguística individual, mas não como um idioma sólido, e sim como um sistema constante e eternamente metamorfo. Essa nata sutil alteração eliminaria da equação a noção tradicional de idioma (português, inglês, francês etc.) ou a tornaria um mero instrumento artificial, menos significante para análise científica do que o é atualmente, e traria todas as manifestações de comunicação oral para dentro de um mesmo circuito.

Adendo

Neste texto, para corroborar a tese da língua una, poderiam ter sido usados exemplos de figuras de linguagem, como a perífrase, a hipálage, o hipérbato, a metonímia, a metáfora, a onomatopeia, o anacoluto, o assíndeto, a epizeuxis, a diácope e a sínquise, que, cada uma ao seu modo, aproximam significativamente as construções e os efeitos de sentido possíveis das

³ Por *Língua I Coletiva* não se comprehende o conjunto de todos os conhecimentos linguísticos internalizados pelos indivíduos de uma microcomunidade, mas os saberes utilizados na comunicação interna entre os seus membros. Assim, alguns dialetos bastante difundidos, como o linguajar interno dos profissionais do direito, podem eventualmente ser concebidos como *língua I coletiva*, mas, via de regra, esse conceito deve limitar-se a grupos significantemente menores.

línguas culturais. No entanto, como, para o desenvolvimento desses elementos, seriam necessárias mudanças drásticas do *modus operandi* da argumentação proposta no presente trabalho, optou-se por apenas mencioná-los e deixar esse assunto em aberto para futuras discussões.

Considerações finais

O presente trabalho tratou de discutir e defender a possibilidade da existência de uma única língua humana, em vez de vários sistemas linguísticos verbais distintos, os chamados idiomas. Para isso, foi usado um argumento autoral, batizado neste texto de alegoria dos laboratórios, que, basicamente, consiste na explicitação da capacidade que as línguas têm de, caso estimuladas por exposição a novas características, serem modificadas por línguas externas ou de originarem outras línguas sem comprometerem seu potencial comunicativo. Além disso, para fortalecer e ampliar esse argumento, foram feitos paralelos com fenômenos linguísticos empiricamente observáveis, provando que as ideias tratadas no texto não são abstrações sem correspondência no mundo real. Por fim, ainda a partir do argumento dos laboratórios, foram repensados dois dos principais conceitos gerativistas, *Língua E* e *Língua I*, não os determinando como errados, mas, de acordo com a discussão proposta por este texto, de certo modo, levantando a hipótese de que talvez seja possível que esses conceitos, em suas formas clássicas, não deem conta de fundamentar de fato o modo como as línguas funcionam.

Referências

- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CORREA, Letícia Maria Sicuro. Aquisição da linguagem: Uma retrospectiva dos últimos trinta anos. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, pp. 339-383, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4022.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- FERRONI, Roberta. Estratégias utilizadas por aprendizes de línguas afins: a troca de código. **Trabalhos em Linguística Aplicada..** Campinas, v. 51, n. 2, p. 319-339, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v51n2/a04v51n2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.
- KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARINHO, Luana dos Santos Castro. **Letras vernáculas: língua latina – EAD**. Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12764033/letras-vernaculas-lingua-latina-ead-uesc/5>. Acesso em: 8 fev. 2018.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth Elizabeth. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.
- MORRISON, Carlos D. Code-switching. In: **Encyclopædia Britannica**, 2017. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/code-switching>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In: **História da Língua Portuguesa em linha**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- PERINI-SANTOS, Pedro. Por que Chomsky está errado? **Scripta**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 203-215. 1º sem. 2005. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13917/10941>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 13., 2011, Uberlândia.

Anais [...]. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em:

<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1268.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.